



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**EDUARDO FERREIRA CANABARRO**

**PROSTITUIÇÃO, RECORTE HISTÓRICO EM CHAPECÓ.**

**CHAPECÓ**

**2019**

**EDUARDO FERREIRA CANABARRO**

**PROSTITUIÇÃO, RECORTE HISTÓRICO EM CHAPECÓ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de licenciado em história.

Orientador: Professor Dr. Claiton Márcio da Silva

**CHAPECÓ**  
**2019**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Canabarro, Eduardo Ferreira  
PROSTITUIÇÃO, RECORTE HISTÓRICO EM CHAPECÓ / Eduardo  
Ferreira Canabarro. -- 2019.  
36 f.

Orientador: Dr. Claiton Márcio da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
História-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Prostituição. 2. Meretrício . 3. Chapecó. 4. Santa  
Catarina. I. Silva, Dr. Claiton Márcio da, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

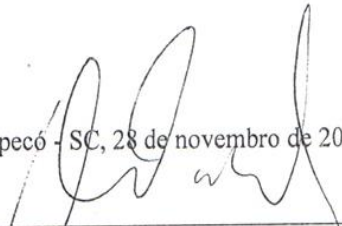


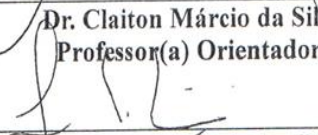
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA  
Rodovia SC - 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC CEP 89815-899, 2049-6426  
história.ch@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

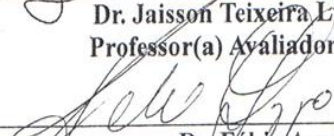
**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aos vinte e oito de novembro de dois mil e dezenove, às 16 horas nas dependências do *Campus* Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos(as) professores(as): **Professor(a) Orientador(a) Dr. Claiton Márcio da Silva, Professor(a) Avaliador(a) Dr. Jaisson Teixeira Lino e Professor(a) Avaliador(a) Dr. Fábio Araújo.** O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo(a) acadêmico(a) **EDUARDO FERREIRA CANABARRO** sob o título: "*Prostituição, Recorte histórico em Chapecó*" obteve nota 8,0 sendo considerado Aprovado.

Chapecó - SC, 28 de novembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Claiton Márcio da Silva**  
**Professor(a) Orientador(a)**

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Jaisson Teixeira Lino**  
**Professor(a) Avaliador(a)**

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Fábio Araújo**  
**Professor(a) Avaliador(a)**

## **AGRADECIMENTOS**

É difícil imaginar o trabalho final de conclusão de curso sem a colaboração de pessoas que me auxiliaram neste momento da minha vida.

Primeiramente gostaria de agradecer à minha mãe Eloisa F. Canabarro que sempre esteve ao meu lado e foi a minha maior incentivadora, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu orientador Dr. Claiton Márcio da Silva por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa. A todos os meus professores do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul pela excelência da qualidade técnica de cada um.

À minha namorada Rejane Maria Martini que me apoiou em todos os momentos, soube compreender quando eu não podia estar presente e me deu forças para vencer mais essa etapa da minha vida.

Sou grato aos meus amigos Marcos Rogério Pinto que sempre buscou me incentivar no momento da graduação, ao Jean do Prado que me ajudou na coleta de dados para o término desse trabalho, sendo um amigo de longa data. Obrigado por não permitirem que eu desistisse.

Também toda minha família, quero agradecer por acreditarem em mim e me apoiarem, em especial à Terezinha Canabarro Schimit, minha tia que sempre conversou e me incentivou acreditar.

À Universidade que demonstrou estar comprometido com a qualidade e excelência do ensino dos alunos.

## RESUMO

A prostituição teve vários nomes ao longo dos tempos. E as mulheres que trabalhavam nesta profissão eram chamadas de inúmeros adjetivos. Não há como datar quando inicia a prostituição na história, no entanto na história das civilizações antigas há relatos sobre o assunto. Ela se caracteriza pela troca de favores sexuais por bens materiais ou até mesmo por mercadorias e favores profissionais. Em Santa Catarina os locais onde a prostituições se localizavam foram primeiramente em regiões litorâneas e suas implicações foram severas, inclusive sobre a construção da imagem da mulher honesta e desonesta. Em Florianópolis os serviços sexuais eram de fácil acesso nas ruas da cidade e houve um grande salto nos anos de 1960 e 1970. Em Chapecó as primeiras notícias aparecem, baseadas nos jornais estudos, nos anos de 1980, quando notícias policiais relatavam o problema frequente na zona do meretrício. Algumas medidas foram tomadas, como a tentativa de mudança de local do meretrício e posteriormente uma discussão enorme sobre os locais onde as prostitutas haviam tomado para a prestação de seus serviços. Também houve outras discussões posteriores a estes problemas, como a prostituição infantil e o consumo de drogas e violência crescente. Algumas notícias mostram que estes temas andavam de mãos dadas ao decorrer dos anos em Chapecó.

*Palavras Chave:* Prostituição, Meretrício, Santa Catarina, Chapecó.

## **ABSTRACT**

Prostitution has had many names throughout the ages. And the women who worked in this profession were called numerous adjectives. There is no way to date when prostitution begins in history, however in the history of ancient civilizations there are reports on the subject. It is characterized by the exchange of sexual favors for material goods or even for professional goods and favors. In Santa Catarina the places where prostitutions were located were primarily in coastal regions and their implications were severe, including the construction of the image of honest and dishonest woman. In Florianópolis sexual services were easily accessible on the city streets and there was a great leap in the 1960s and 1970s. In Chapecó the first news appeared, based on newspaper studies, in the 1980s, when police news reported the frequent problem in the city. red-light zone. Some steps were taken, such as attempting to relocate the harlotry and subsequently a huge discussion about where prostitutes had taken to provide their services. There were also further discussions following these problems, such as child prostitution and drug use and increasing violence. Some news shows that these themes went hand in hand over the years in Chapecó.

Keywords: Prostitution, Meretrice, Santa Catarina, Chapecó.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. O MERETRÍCIO E AS MERETRIZES EM SANTA CATARINA .....</b>	<b>11</b>
<b>3. OESTE CATARINENSE – MERETRÍCIOS EM CHAPECÓ NA DÉCADA DE 1980 .....</b>	<b>20</b>
3.1 SEGURANÇA PÚBLICA E PROSTITUIÇÃO EM CHAPECÓ.....	22
3.2 ORGANIZAÇÕES DOS PROSTITUTOS E A IMPRENSA.....	24
3.3 PROJETO DE LEI CONTRA A PROSTITUIÇÃO .....	29
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>5. FONTES .....</b>	<b>34</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>



## Introdução

O objetivo desse trabalho analisar através de inquéritos policiais e notícia de jornais, como se deu os locais, as organizações e os problemas da prostituição em Santa Catarina e mais especificamente em Chapecó.

A prostituição feminina já teve os mais diversificados nomes em diferentes tempos históricos. E em cada um desses momentos, as mulheres ligadas a este tipo de trabalho eram taxadas como “mulheres da vida fácil”, “meretrizes”, “piranhas”, “quengas”, “mariposas”, entre outros nomes associados pejorativamente ao exercício da prostituição.

Mas o que vendem as pessoas que fazem prostituição? Vendem o corpo? Mas se vendem, então nunca o entregam. Vendem o sexo? Também não o entregam, uma vez que o genital continua no corpo de quem faz a prostituição. Vendem o corpo e/ou sexo é o que se costuma dizer de quem oferece serviços sexuais. Uma forma de desqualificar este tipo de função. Cada pessoa que trabalha, de alguma forma coloca o corpo, a mente, as mãos, os pés ao serviço de alguma função que é remunerada; então, por que somente os serviços ligados ao genital são desqualificados? (PEDRO, 2010, p.11).

A origem do fenômeno da prostituição não tem uma data precisa na história da humanidade, mas foi nas civilizações avançadas da Antiguidade que se desenvolveu sob a forma tipicamente comercializada. Ao longo dos anos, assumiu novos contornos influenciados por condicionamentos econômicos, culturais e religiosos. Apesar disso, sobre todos eles houve um denominador comum: a prostituição como uma forma sobrevivência.

Mas em tempos avançados da antiguidade as prostitutas nem sempre foram desprezadas e criticadas como atualmente, como afirma (LINS, 2007, p.249) - “as prostitutas eram tratadas com respeito, e os homens que usavam seus serviços lhes rendiam homenagens. Acontecia também de as próprias sacerdotisas serem as prostitutas”.

Vejam os que importância da prostituição era tamanha que na própria Europa, o Rei Carlos VII da França reconheceu a necessidade dos serviços oferecidos pelos bordéis, autorizando a presença destas casas de tolerância nos seus territórios, pois haviam um grande consumo destes serviços, utilizados por jovens que estavam no auge de sua puberdade, entre outros homens mais velhos e os próprios clérigos. (LINS, 2007, p.249) nos mostra desta maneira.

Nota-se a importância destes tais estabelecimentos, não só na Europa como no Brasil. O aspecto da prostituição se naturalizou no Brasil a partir do século XIX. Na corte imperial as prostitutas eram constituídas principalmente pelas escravas negras. Desse modo a escrava estava diretamente ligada a variedade de serviços domésticos e serviços sexuais. O auge da prostituição teria sido a década de 1930, enfatizando a cidade do Rio de Janeiro, por ser um dos grandes centros urbanos e

cidade portuária, na qual, tinha como composição majoritária da categoria, mulheres estrangeiras. Aspectos trazidos pela (PRIORE, 1989, p. 22).

Nessa realidade, as mulheres que exerciam a prostituição eram vistas como pacificadoras da violência sexual e também salvaguarda do casamento moderno.

Conceitualmente, a prostituição se caracteriza através da troca de favores sexuais, sendo ela por dinheiro, bens materiais, informações ou favores profissionais. Historicamente, recorre-se às prostitutas como a aquisição de um serviço, tal como coito anal, práticas sado masoquista entre outros. Na prostituição, geralmente os beijos não fazem parte do contrato; mas cada parte do corpo, cada especialidade é tarifada. Em uma visão geral, os consumidores buscam o “sujo”, o vulgar e o obscuro, o qual geralmente só obtém somente com a prostituta e o ambiente onde ela está inserida, sejam bordeis, boates, whisquerias entre outros nomes dados as localidades. Ou seja, tanto a prostituta como local é que está corrompida aos conceitos morais e éticos de uma sociedade. É aquela que se permite e vai possibilitar ao sexo em todos os termos e de todas as formas.

Com a prostituta, o homem se sente livre para fazer o que deseja no sexo, do jeito e da forma que quiser e quando tiver vontade. O pagamento em dinheiro o livra de qualquer outro tipo de dívida. Não precisa se preocupar com o que a mulher deseja, se está agradando ou correspondendo as suas expectativas. Não há nenhuma cobrança. Se ela tem ou não orgasmo não é problema dele. Não precisa fingir que está apaixonado ou que vai procurá-la novamente, nem precisa pensar numa desculpa quando ela lhe telefonar. Isso nunca vai acontecer. Mesmo sendo um prazer individual, as regras não deixam dúvidas e ninguém está sendo enganado. (LINS, 2007, P.257).

A oferta de serviços sexuais tem se intensificado em praticamente em todos os centros urbanos nas últimas décadas, mas o que nos chama atenção aqui é o estado de Santa Catarina. Os espaços de comercialização sexual se intensificaram em sua grande maioria nas grandes cidades tais como Florianópolis, Itajaí, Criciúma, São José e Joinville. Devido algumas delas desenvolverem atividades ligadas ao porto, relacionadas ao desenvolvimento da cidade, bem como ao grande número de habitantes e imigrantes em seu território, o que favorece o crescimento da comercialização sexual no estado.

No primeiro capítulo vemos como as organizações se dão em todo o território catarinense, isto é, o que se foi relato nas fontes pesquisadas. As justificativas, os locais em algumas cidades como Florianópolis e Itajaí. Estes relatos serão importantes para a construção de outros capítulos subsequentes, onde se procurou organizar a prostituição no oeste de Santa Catarina. Abrangendo o segundo capítulo o presente trabalho também vai enfatizar sobre a prostituição no oeste catarinense, mais especificamente em Chapecó por volta da década de 1980, nos trazendo à tona como se constituíam os meretrícios na cidade e as prostitutas. Quais as políticas públicas tomadas perante estes ambientes, bem como a própria comunidade enxergava estes locais. Sendo assim pode-se notar ao decorrer do trabalho a prostituição em Chapecó.

Abordamos estes acontecimentos na cidade de Chapecó na década de 1980 onde são explicadas por alguns inquéritos policiais. Esta fonte é importante para entendermos os próximos tópicos, a fim de reorganizar o movimento e os trabalhos da polícia em combater e prostituição e a prostituição infantil.

Portanto, o último ponto do trabalho, proposto aqui, tem, através da fundamentação teórica e informações de bases de jornais, a preocupação de como se deu a organização e formações e locais onde este tipo de trabalho era oferecido. A preocupação do trabalho é expor como se dava a organização, processos de trabalho e o como se deu ao longo do tempo até os anos 2000. O tema é extremamente delicado, tratando desde a zona do meretrício e sua extinção até o uso de áreas públicas para a prática das atividades.

## 2. O Meretrício e as Meretrizes em Santa Catarina

Sempre houve justificativas de diferentes grupos sociais para fechar “casas de ofício do prazer” ou para organizá-las em espaços e tempos determinados. Todos esses conflitos ocorreram em cidades como a portuária Itajaí, no litoral norte de Santa Catarina. No bairro do Limoeiro em 1974, moradores não aceitavam que a casa de mulheres ficasse no mesmo espaço aonde houvesse escola, famílias, trabalho e igreja, mas por mais que os moradores considerassem “prejuízo moral aos nossos familiares”, não pediam o fechamento da casa, mas sua transferência, para um lugar mais escondido, abafado: “O que estava em questão não era a prostituição em si, mas a territorialidade da família e do prazer sexual nessa cidade. O Morro do Cortado, ou a *Cidade das Camélias*<sup>1</sup> de Itajaí, foi o espaço permitido ao uso dos prazeres” (VENERA, 2010, p.117). No abaixo-assinado citado para a transferência da casa de mulheres, apenas três homens assinaram e 37 mulheres assinaram o mesmo documento, e alguns depoimentos das mulheres mostra que realmente pairava certa tolerância às buscas masculinas pelo prazer sexual fora do casamento (VENERA, 2010, p 117). Neste contexto, “o cotidiano de mulheres na cidade implica na distinção daquelas ‘moças de família’ e as prostitutas. As tensões provocadas nos jogos de identidade e alteridade, entre a ‘mulher de bem’, a ‘mãe pura’ e a ‘mulher honesta’ e o oposto dessas imagens corporificadas nas profissionais do sexo” (VENERA, 2010, p.118).

Historicamente foi associado o estereótipo de mulher como exclusiva do lar, que nem sempre era possível viver fora deste espaço. Nesse cenário, onde mulheres saíam, passeavam, era perigoso misturar as mulheres “reservadas para o casamento”, e as mulheres que eram “consideradas públicas”, pelo exercício do prazer. Falava-se que as prostitutas poderiam ser facilmente confundidas com uma

---

<sup>1</sup>Cidade das Camélias: Projeto de retirar a Zona Boêmia da cidade de Belo Horizonte, levar bares, hotéis e as prostitutas para longe, na periferia. A autora VENERA, traz este conceito para se referir as zonas boêmias de Itajaí.

“moça de família”. Nesse sentido, tudo o que apontasse para insubmissão feminina exigia provas de honestidade nos relacionamentos, como processos de calúnia e difamação, ou qualquer caminho que limpasse a honra da mulher.

O que mostra isso, são relatos de pais defendendo suas filhas da calúnia e difamação, mas não focando em penalizar quem difama, mas sim em mostrar a “honra da filha”. Em outros relatos focam no marido como provedor da família, mas desconsidera-se a ajuda da mulher que também colabora na empresa da família e, portanto, também é provedora.

Fica mais difícil estabelecermos fronteiras entre mulher honesta e a desonesta quando elas circulam em um mesmo espaço. A questão da Cidade das Camélias e das Camélias na cidade é uma questão de territorialidade do prazer e da família. “Lugar de desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo.”

Foucault, ao analisar a ambiguidade da palavra moral, remete à ideia de um conjunto de valores e regras, ele diz que as mesmas são transmitidas de forma difusa e estão longe de formarem um conjunto sistemático. São discursos que formam um “jogo complexo” de peças que às vezes se anulam, se compensam, se corrigem e, exatamente por isso, permitem compromissos e escapatórias (VENERA, 2010 p. 120).

Em julgamentos, no caso de mulheres que tinham casa de prostituição, utilizava-se o artigo 229<sup>2</sup>. No caso citado, o juiz sempre centrava seu discurso no desrespeito à família e à ameaça de invasão aos territórios das “moças de bem”. No julgamento de Sebastiana Boetcher, seu advogado alegou que os homens de “família” da cidade eram clientes da casa à qual a ela pertencia. Assim, “a postura pública de moralidade de duas autoridades que estavam ali presentes e que frequentavam a casa de prostituição anula a imoralidade do bar da denunciada, onde o advogado destaca que a punição seria injusta” (VENERA, 2010, p123).

Porém, todos os argumentos levam a evidenciar que o importante não era o funcionamento da casa, mas onde funcionar.

Uma questão de iniciativa do meio médico, devido às doenças venéreas, foi a ideia de regulamentação dos meretrícios na primeira República, que previam uma organização dos espaços de prostituição no cenário urbano, tornando-os invisíveis, bem como, controlados pela polícia e exames médicos constantes. “Também há outro movimento, o abolicionista, onde haviam três argumentos: a clandestinidade de muitas mulheres, que proliferariam doença fora do controle, a unilateralidade das ações sobre a mulher, e a imoralidade do reconhecimento da profissão. Suas propostas centravam na educação e propaganda na contenção sexual” (VENERA, 2010, p 122)

Um contra movimento surgiu propondo um “neo-regulamentarismo”. Com argumentos científicos de que a continência sexual total era prejudicial à saúde. Sendo a proposta sanitária; o meio deveria ser saneado e as mulheres doentes internadas em um hospital-prisão.

---

<sup>2</sup> Artigo 229 do estatuto penal- Lenocínio: “Manter por conta própria ou de terceiros, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou agente.”

As polêmicas entre os “abolicionistas” e os “neo-regulamentaristas” estiveram presentes no cenário republicano brasileiro. Os princípios dessas ideias suscitaram outras discussões em torno da intervenção mais eficaz: a “intervenção” sobre uma “necessidade primária”, no entanto, um “impulso coibível”. O uso da lei sustentava uma “regulamentação no meretrício” ou uma “repressão ao meretrício”. O uso da educação alimentava um “abolicionismo liberal” ou um “abolicionismo proibicionista”. Em ambas as posturas, o discurso médico conquistou visibilidade e se tornou discurso indispensável a propósito de conter os males e garantir a sobrevivência e um corpo social saudável naquele cenário (VENERA, 2010 p. 123).

Outro fato a considerar, é que as prostitutas também são mães, e relacionando com a história bíblica de Adão e Eva, percebe-se que há uma história estereotipada dos papéis e das funções femininos e masculinos. “Ele: o provedor; ela: a mulher que carrega a marca do pecado, é a mãe que, com a dor, pode se redimir” (VENERA, 2010, p 124).

Existem várias histórias sobre as mulheres, mas esta mostra a mulher sob o olhar do pecado, da sedução. Um ser do mal. Sendo esta visão entendida como verdade por alguns séculos. A menstruação e a dor do parto eram vistas como o castigo por serem pecadoras e morriam no parto, era-lhes negado o direito de serem enterradas no cemitério. (VENERA, 2010, p 124).

Com relação à igreja e a imagem de Maria, uma virgem (modelo de mulher casta que toda mulher deveria se aplicar), e toda questão dos costumes, valores de família e romantismo, ela foi eleita a personagem principal do lar. “Mãe de todos e mãe de todas as mães”. Em contrapartida, as Camélias são as Evas, que pecam e seduzem. Estas não negam totalmente a família, mas as reinventam. (VENERA, 2010, p.125).

Deve-se considerar que uma Camélia pode ser uma boa mãe, uma dama, pode ser uma dama, mas nem sempre exerce com empenho a maternidade. Neste contexto, “Marias e Camélias vivem em um mesmo corpo e ainda negociam espaços com a filha, a amante a profissional, etc.” (VENERA, 2010, p. 127). Apesar de tudo, as prostitutas fora do seu trabalho, são elas mesmas, sem o rótulo desta profissão, sem a personagem, como qualquer outra mulher.

Há toda uma questão de intolerância que permeia a questão da prostituição. Pois muitas vezes há a agressividade de clientes, elas sofrem perseguições policiais e são tratadas como clandestinas. Dentre estes aspectos das relações de prostituição vale ressaltar a região de Florianópolis. Nos anos finais da década de 1950 a cidade do litoral ainda era vista como uma cidade “atrasada”, onde havia poucas opções de lazer e divertimento. Além do cinema e do futebol, as casas de prostituição eram os grandes locais e divertimento masculino, sendo vários os locais onde existiam boates e dormitórios destinados à encontro libidinoso. A prostituição nas ruas era de fácil acesso:

“Florianópolis, naquela época, ainda continuava uma cidade provinciana, mas a elite local desejava mudanças. Diferente das grandes cidades brasileiras, a cidade não possuía indústrias de grande porte, nem um comércio significativo” (FIORENTIN, 2010, p.195).

A partir da década de 1960, Florianópolis firmou-se como cidade de serviços, e o número de prestadores dos mesmos deu um grande salto entre os anos de 1960 e 1970. Diante do aumento populacional da cidade, as ações políticas se voltaram para transformar o potencial turístico de Florianópolis. O governador de Santa Catarina, Celso Ramos, eleito em 1960, foi um grande incentivador do turismo em Florianópolis. Neste período também se deu a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); após, houve a inauguração da BR 101, e em 1970 a cidade se estabiliza como grande polo turístico estadual. (FIORENTIN, 2010, p.196).

Com o crescimento populacional da cidade e o foco das ações no turismo, as autoridades não mais toleraram a presença de desocupados (as) e prostitutas nas ruas, nas mesmas avenidas que transitavam as pessoas que se diziam de respeito. Assim, os discursos de medidas profiláticas contra a prostituição apresentavam-se como uma preocupação comum, e junto com a remodelação da cidade, estava uma prática de exclusão social. Dessa forma, “as mulheres que se prostituíam nas ruas de Florianópolis, nos anos que se seguiram a década de 1960, foram perseguidas pelos médicos e pela polícia local, que ambicionavam isolar a prostituição” (FIORENTIN, 2010).

Em 1961 a iluminação pública da cidade era precária, o que colaborou para o aumento da criminalidade e prostituição na escuridão da noite. Os empresários e o governo almejavam uma cidade “limpa” para o turismo: não tolerando mais nas ruas a presença de mendigos, desocupados, etc., ou seja, todos que não eram considerados moralmente aceitos. Esperava-se reconstruir e moldar o espaço da cidade às novas visões de mundo focadas no turismo.

No final da década de 1950, aprofundou-se a defesa e a regulamentação de leis para normas e condutas a serem seguidas pelas prostitutas, com relação à transmissão de doenças. O processo de “limpeza” urbana se estendeu por toda a década de 1960, parte da população queria a eliminação das prostitutas, outros achavam um “mal necessário” e apenas desejavam tirá-las do alcance dos “olhos urbanos”. Controlar as prostitutas seria limitar e isolar seu espaço, mantendo a ordem social, o que faria com que as normas instituídas fossem respeitadas.

Defendendo a necessidade de regulamentar a prostituição em Florianópolis, no final do ano de 1961, o então Secretário de Segurança Pública, Jade Magalhães, anunciou que a partir daquele momento não seria mais tolerável a permanência de casas de prostituição nos locais públicos da cidade, bem como seriam punidos com severidade as “senhoras” e os proprietários de casas de prostituição que insistissem em permanecer praticando atos libertinos nas ruas ou nos seus lugares de costume, desrespeitando a ordem social estabelecida (FIORENTIN, 2010 p 199).

Nesse período, ficou estabelecido que seria preciso encontrar um terreno afastado do meio urbano para confinar as prostitutas, onde pudessem ser vigiadas e limitadas. Em 1963, os proprietários de casas de prostituição que encontravam no centro, foram induzidos e incentivados pelo poder

público a se estabelecerem em um local de pouco acesso e longe das “casas de famílias” (FIORENTIN, 2010, p.199).

É neste período que ocorre o surgimento da Vila Palmira, onde o senhor Célio de Oliveira Veiga, proprietário de terrenos desocupados e afastados do centro, planejou transformar sua grande propriedade nos arredores de São José em um moderno loteamento. Mas seu sonho desmoronou, pois logo que iniciou a venda dos primeiros lotes e a zona de meretrício chamada Vila Palmira se viu invadida por prostitutas e marginais. Sendo o nome Palmira, homenagem de Célio para sua esposa. Ali foi instalado um prostíbulo, pelo Secretário de Segurança Pública, que comprou alguns lotes e os revendeu para que desejavam continuar na vida da prostituição e poderiam ali exercê-la com autorização judicial. Portanto, várias casas de prostituição de Florianópolis foram transferidas para a Vila Palmira. (FIORENTIN, 2010, p.200).

Desta forma, “o ato de Jade Magalhães, excluindo as prostitutas do centro da capital e de seus arredores, obrigando essas mulheres a trabalharem e morarem na Vila Palmira, prejudicou muito a venda dos outros lotes que restaram na Vila” (FIORENTIN, 2010). Com a instalação da zona de prostituição, Vila Palmira, começou a ser o ponto de encontro de boa parte da população masculina de Florianópolis.

A primeira casa a ser instalada na Vila foi a de Maria Barbosa, levando junto cerca de 30 garotas. Com a transferência da prostituição para São José, os lotes da Vila Palmira perderam seu valor, só eram vendidos por um valor alto para que era interessado na prostituição. Assim, surgiram novas casas de prostitutas na Vila, onde se concentrou toda a prostituição de Florianópolis e São José na década de 1960 (FIORENTIN, 2010, p.202). Assim, “vista como um ‘mal necessário’, que não poderia ser extinto, mas sim tratado, a prostituição em Florianópolis começou a ser vigiada pelas autoridades que eram rigorosas no cumprimento das leis” (FIORENTIN, 2010). Todas as prostitutas ao se mudarem para a Vila eram submetidas a um rígido controle, como horários de funcionamento dos estabelecimentos, como e quando poderiam sair da Vila, a quantidade de exames médicos que deveriam receber e o tipo de cliente recebido. Com relação aos exames médicos, as prostitutas que estivessem doentes eram isoladas e proibidas de trabalhar e as que não seguissem as normas estabelecidas eram presas e humilhadas (FIORENTIN, 2010, p.203).

A questão do machismo se acentuava pois, era aceito pela sociedade que homens casados e noivos frequentassem a Vila Palmira, visto que procurando prostitutas preservavam a honra de suas futuras esposas, bem como, afirmavam sua virilidade. Havia, portanto uma construção cultural de gênero, cuja mulher era educada para aceitar o comportamento sexual do homem como algo normal (FIORENTIN, 2010, p.205).

Médicos e policiais em seu rigoroso controle normativo da prostituição, visitas médicas obrigatórias se tornavam regulares, e o tratamento das prostitutas com alguma doença transmissível

era necessário para o bem da sociedade em geral. As que estavam doentes eram marcadas, como por exemplo, a cabeça era raspada para que os clientes soubessem se podiam ou não as levar para o quarto (FIORENTIN, 2010, p.205).

Afirma-se que durante todos os anos de sua existência, as casas da Vila acolheram vários homens, de diferentes classes sociais e diferentes faixas etárias. O comportamento desses homens em comum era a busca pelo prazer e pelo divertimento, tudo isso acompanhado do gosto de fazer aquilo que a sociedade conservadora acreditava ser proibido.

As casas mais luxuosas também tinham o poder de mexer com o imaginário dos menos endinheirados, que não possuíam meios suficientes para nelas se divertirem, nutrindo a cada noite sua curiosidade e suas intenções de um dia, quem sabe, frequentarem aquelas casas. Nas boates mais luxuosas, onde diversas apresentações eróticas eram destaque, como também variados entretenimentos para distração dos importantes visitantes, a entrada de pessoas pobres ou homens que não estivessem com finos trajes era barrada por seguranças instruídos a lhes “fazerem entender essa exigência”, mesmo que para isso precisassem usar a força (FIORENTIN, 2010 p.208).

Conforme citado acima, nota-se que a Vila também era um lugar de exclusão de classes, pois quem podia pagar usufruía dos serviços e tinha tratamento diferenciado. Era um lugar onde se afirmava a distinção, em que homens mais poderosos mostravam sua riqueza. Também havia distinção entre as moradoras da vila (prostitutas), muitas eram julgadas e excluídas pelas demais por não se enquadrarem em alguns grupos que se julgavam superiores. No caso, as superiores eram as das casas mais requintadas, que por receberem clientes mais ricos, tinham condições de estarem mais perfumadas e arrumadas, (FIORENTIN, 2010, p.208).

Pode-se perceber dentro uma mesma zona de prostituição, grupos sociais diferenciados, com seus cotidianos atravessados por diversas relações de tensão e poder. Analisando as boates populares, que não eram menos frequentadas que as requintadas, nessas as mulheres não tinham muitas regalias e nem todos os frequentadores eram gentis (assim como nas casas de luxo), mostrando que nem só de prazeres era feita a Vila Palmira. Nela também se concentrava um submundo de pobreza, crimes e constantes humilhações (FIORENTIN, 2010, p.209).

Também havia os gigolôs, que eram homens que se tornaram amantes das prostitutas e exerciam domínio sobre elas. Assim, eles tinham direito sobre suas vidas, atitudes e lucros obtidos. Eram frequentes as apostas e tensões na disputa por mulheres, tanto entre clientes como entre gigolôs. Porém, também foram intensas as lutas femininas nesses espaços de afirmações masculinas, pois muitas administravam suas próprias vidas e não se envolviam com gigolôs. Essas, muitas vezes eram insultadas por vizinhos e até molestadas, (FIORENTIN, 2010, p.210).

Chegou um momento em à Vila Palmira, começou a incomodar os moradores de São José. Diferente de 1960, quando foi instalado o prostíbulo, em meados de 1970 a população do município



crescia e assim a Vila Palmira já não se encontrava mais em local desabitado e sua vizinhança se incomodava com a bagunça e a desordem. “Estando localizada num lugar onde famílias circulavam, a discricção dos frequentadores já se tornava impossível [...]. Os homens que não queriam ser apontados como boêmios e promíscuos deixaram de frequentar a Vila e, conseqüentemente, o número de clientes que procuravam o prazer nas noites do local foi diminuindo, contribuindo para sua total decadência” (FIORENTIN, 2010, p.214).

Na metade da década de 1970, o local já se encontrava em processo de decadência, pois a Vila Palmira já não era mais o centro das diversões, pois já se encontrava prostituição em outros lugares. A mentalidade das mulheres “honestas” começa a mudar, como não ver mais com naturalidade que seus homens procurassem prostitutas. Outro fator foi o acesso das mulheres à contraceptivos, pois o medo de engravidar já não as assombrava tanto.

Com isso, “com total falta de prestígio e repleta apenas de casas mais humildes, [...], a Vila Palmira sofria represálias de todos os lados, objetivando sua extinção” (FIORENTIN, 2010, p.215). Algumas casas de prostituição ainda hoje se encontram na rua onde funcionava a Vila Palmira, as prostitutas que lá moravam, foram-se mudando para outros locais. À sua volta o bairro cresceu, um condomínio de apartamentos foi construído em meio a belas residências e são várias as igrejas que lá se instalaram, (FIORENTIN, 2010, p.215).

Na região sul do estado de Santa Catarina notamos a cidade de Criciúma, na qual, a cidade está vinculada a produção de carvão. O crescimento populacional da cidade está fortemente ligado à expansão da indústria carbonífera, principalmente na década de 1970. O crescimento econômico atraiu pessoas dispostas a trabalhar nas minas ou nas fábricas, como também atraiu pessoas com que viviam de trabalhos informais, e também ilícitos, (VIEIRA, 2008, p.149).

A cidade já contava com uma zona de prostituição antiga, o que foi aumentando a cada década, sendo o pico 1970. A cidade passava por um processo contínuo de repressão e re(ocupação) de territórios pelas prostitutas, visto que eram corriqueiras e sucessivas as ações policiais contra esta prática. O crescimento econômico trouxe a valorização salarial de muitos usuários da prostituição, permitindo um maior poder aquisitivo para gastar com o prazer sexual, (VIEIRA, 2008, p.150).

O crescimento econômico da cidade atraiu mais prostitutas, houveram expulsões destas das ruas centrais, o que levou à prostituição clandestina e um reordenamento. Com esse reordenamento surgiram várias casas de show, e ao se deslocarem para os bairros também começaram a trabalhar em pensões, ou em bares que antes era somente para sociabilidade masculina. Tudo isso contribuiu para o aumento e diversificação da atividade para suprir uma demanda de homens de diferentes segmentos sociais, o que não foi alvo para as autoridades policiais, (VIEIRA, 2008, p.150).

“As novas modalidades de prostituição que surgiam na cidade ofereciam inúmeras vantagens às prostitutas por dissociar o local de moradia e trabalho, significando a diminuição de inúmeras

formas de exploração” (VIEIRA, 2008). Houve o aumento no número de prostitutas clandestinas por ser mais lucrativo e possibilitar fazer mais programas, livres de encargos das carteirinhas sanitárias e policiais e das quantias pagas às cafetinas. Diante disso, começaram surgir processos de lenocínio. Algumas pensões foram ocupadas por prostitutas clandestinas, o as transformavam em casas clandestinas de prostituição, sendo o maior problema a vizinhança, que não compartilhavam o mesmo código de moralidade, (VIEIRA, 2008, p.151).

Em 1971, a Sociedade Amigos Bairro Cidade Mineira realizou um abaixo-assinado contra uma casa de prostituição situada no centro do bairro. Em 1972, o bairro São Cristóvão também teve a prática denunciada, mas o dono das casas dispôs-se a tomar providências para moralizar suas casas. Em 1977, os moradores do bairro fazem novo abaixo-assinado pelo mesmo motivo, o que não acarretou em nada no final dos trâmites, (VIEIRA, 2008, p.152).

A Sociedade Amigos do Bairro Paraíso fez uma reunião com populares e delegado em 1973, pois no bairro havia muita prostituição e criminalidade. Mesmo com o questionamento do promotor, as investigações nunca foram adiante e o caso foi esquecido em uma das caixas do arquivo da Polícia. Já, nas proximidades do Hospital São João Batista, com o movimento dos moradores, e a denúncia de uma residência onde o casal alugava os quartos para programa, houve êxitos. Os moradores encorajaram-se a depor e denunciaram a convivência de muitos policiais com situação da residência. O casal acabou preso e as prostitutas tiveram que arranjar novo local para os programas, (VIEIRA, 2008, p.152).

Animados pelas condenações de lenocínio decretadas pelo Juiz Heliodoro Franzoi, outros bairros fizeram abaixo-assinado para casos semelhantes como os já citados ou em casos diferenciados, como no caso a acusação da presença de “amantes”, o que nem sempre teve o desfecho esperado pelos denunciante, pois não caracterizava algo a ser penalizado, (VIEIRA, 2008, p.154).

Alguns bares estavam com o serviço de prostituição clandestina, onde as prostitutas ficavam e atraíam clientes, alguns até tinham quartos dos fundos caso o cliente quisesse contratar o programa e preferisse não sair do local:

“Essa modalidade de prostituição não passou despercebida pelo jornal *Tribuna Criciumense*, que alertou, no final dos anos 1960, a necessidade de coibir uma forma clandestina de prostituição que se verificam em bares, churrascarias e restaurantes” (VIEIRA, 2008).

Tudo indica que o jornal estivesse se referindo aos bares do centro da cidade. O Bar Tostão e o Bar Avenida aparecem nos registros de ronda policial com a prisão rotineira de prostitutas em vários momentos nos anos 1970. Mas foi a partir de 1976 que a polícia passou a vistoriar rotineiramente os

bares centrais, apreendendo alvará de todos aqueles que mantivessem as portas abertas após a meia-noite, (VIEIRA, 2008, p.156).

Nos bares residenciais também havia prostituição e a polícia também registrou ronda nesses locais. “Alguns desses deslocamentos parecem estar ligados a outros interesses policiais como investigações de furto, assassinato ou mesmo atendimento de moradores em situação conflitiva” (VIEIRA, 2008, p.157).

Outros bairros, como Operária Nova, e algumas ruas vieram movimentos similares de moradores pedindo a retirada dos locais destinados a encontros amorosos, os quais perturbavam o sossego noturno, e a moral e os bons costumes. A situação era pior quando suas casas eram confundidas com prostíbulos na madrugada. As mulheres do local se manifestaram através de assinaturas com medo que ocorresse desagregação da família (VIEIRA, 2008, p.159).

A vizinhança desejava dissipar grande publicização do sexo, onde da mesma forma era esperada diferenciações da identidade de cada um (prostitutas e não prostitutas), e que as prostitutas existissem de firma silenciosa e ordeira, ou seja, sem se destacar na multidão.

Esse contexto nos leva a entender porque a repressão à prostituição clandestina nos bairros vinha a partir de um funcionamento de base estritamente popular. Ou seja, não era a polícia que esquadrihava os bairros a fim de manter a moralidade pública, eram os populares que, utilizando-se de certos mecanismos de controle como o olhar vigilante e repressivo, o isolamento social das prostitutas e a organização de abaixo-assinados, buscavam controlar a prostituição em seus locais de moradia ou trabalho. Esse controle era retomado pela polícia somente a partir de novas denúncias e averiguações (VIEIRA, 2008 p.160).

Com a revalorização do carvão e a diversificação industrial na década de 1970 a cidade de expande e se urbaniza, surgindo muitas possibilidades de trabalho para as mulheres populares, que passam a circular com frequência e autonomia pelo espaço urbano. Assim, as mulheres passam a ocupar espaços e funções que antes lhe eram negadas, aparecendo também a preocupação com o comportamento. Ao serem relacionadas e apontadas ao estigma da prostituição, podiam ser punidas, como por exemplo, não poder entrar em espaços públicos, como cinemas e clubes. Rótulos de uma sociedade machista que só delegavam às mulheres o papel de mãe, dona de casa e esposas.

Muitas mulheres sofreram com o preconceito da sociedade, sofrendo com calúnias, difamações de vizinhos, bem como, agressões de seus próprios maridos. “A moralidade das mulheres era um mecanismo utilizado socialmente por estabelecimentos dançantes, cinemas e hotéis para separar a “mulher honesta” da mulher prostituta” (VIEIRA, 2008, p.161). Muitas mulheres recorriam à justiça para defender a moralidade quando eram atacadas por uma série de adjetivos pejorativos, de modo que não necessariamente estas precisavam fazer sexo por dinheiro ou ser sustentadas por um homem casado para se tornar uma “decaída”, este era o rótulo de qualquer mulher que não se enquadrasse nos padrões de virtude e comportamento desejados, (VIEIRA, 2008, p.161).

Esses princípios de do padrão tradicional de comportamento também atingiam as mulheres das acamadas abastadas, as quais vivenciavam os padrões de moralidade de forma ainda mais intensa que as mulheres populares. Em suma,

“o espraiamento da prostituição clandestina incomodou principalmente a imprensa e os moradores de determinados bairros da cidade, preocupados com a publicização de atos sexuais e com a possibilidade de serem de algum modo atingidos pela prostituição e o estigma a ela vinculado” (VIEIRA, 2008, p.169).

A polícia e o Judiciário, não deixaram de constituir-se em instâncias formuladoras de discursos estigmatizantes, impondo vários limites ao que acreditava ser necessário tolerar, ainda que tudo isso não satisfazia os populares descontentes. As prostitutas em todas as suas atuações nos bairros, também definiram formas particulares de resistir à intolerância dos articulistas da imprensa, dos populares descontentes e das ações da polícia, no sentido de mantê-las restritas a um determinado espaço: a zona de prostituição Maracangalha, (VIEIRA, 2008, p.169).

### **3. Oeste Catarinense – Meretrícios em Chapecó na Década de 1980**

A prostituição em Chapecó dava-se de forma onde as prostitutas circulavam livremente pelas ruas, bares, casas de comercialização sexual, avenidas e bairros da cidade, no intuito de atrair seus clientes para encontros. Nos anos de 1970 a presença da prostituta era muito forte na cidade, principalmente na avenida Getúlio Vargas, sendo esta a principal da cidade de Chapecó, (SPAGNOL, 2016, p.14).

Contudo, neste período a rede de prostituição estava inserida em diversos lugares em Chapecó, lugares estes divididos entre as margens da cidade e o rural. Conforme a consulta aos inquéritos policiais muitas destas casas, ou prostíbulos estão mantidos nas áreas centrais do município. Alguns estabelecimentos como se apresenta nos inquéritos mostram que alguns destes ambientes possuem alvará como bar, mas que em Chapecó estes bares na época mantinham como fachada o estabelecimento, que nada mais era uma maneira de burlar a lei e manter a relação de Lenocínio do estabelecimento. Como a exemplo disso nota-se no (inquérito número 417/85): “O referido bar é um prostíbulo disfarçado de bar, onde menores dançam, fazem programas em quartos da própria casa, e consomem bebidas alcoólicas”. Foi constatado um destes estabelecimentos na rua Pará próximo ao conjunto habitacional no bairro São Pedro, de propriedade de D. B., e A. L. Mas quem vai responder pelo ato de infração é L., que gerenciava tanto as atividades do estabelecimento como bar e também as relações libidinosas no interior de seu ambiente.

Em medida que a cidade cresce e a modernização chega, como a exemplo das demais cidades citadas, acredita-se na necessidade de afastar a prostituição, levando-a para outros lugares. Como Chapecó se desenvolvia e era conhecida naquela época como cidade das rosas, devido ao seu setor agroindustrial e pelas indústrias que aqui estavam instaladas, (SPAGNOL, 2016, p.17).

Portanto as políticas públicas passaram a combater estas práticas no perímetro urbano de Chapecó e dos lugares de convivência dos mesmos. Pois estes exercícios apresentavam uma preocupação para a população, porque a comunidade chapecoense iria se incomodar com o estado moral e higiênico da cidade, e a prostituição está em relação a estes preceitos impostos. Contudo a prostituição é levada a um lugar específico, a zona de meretrício chamada de Céu Azul. Com o objetivo de controle físico e moral da prostituição, (SPAGNOL, 2016, p.28).

Dentre esse tema sobre a prostituição em Chapecó, ao constatar as fontes é possível notar no inquérito (número 90/86 de 1986), trata-se de uma casa de encontros libidinosos. Localizado na Rua Marcílio Dias no Bairro Bela Vista. Controlada por C. G., em seu estabelecimento ainda viviam seu amante R. D., e seu filho R. G. Fora estas pessoas, C. ainda abrigava em sua casa quatro meninas, que mantinham relações com a prostituição. Sendo que duas delas eram de menor e as outras duas de maior. Entre estas pessoas que constituíam este local, em depoimento pode se notar o caso da menor E., que vem do interior de São Miguel do Oeste, para trabalhar na cidade que se desenvolvia. A menor já trabalhava no centro de São Miguel como empregada doméstica, devido a sua pouca idade e por ter iniciado sua vida sexual cedo e por consequência já ser mãe. Veio com a promessa de trabalhar em uma lanchonete em Chapecó, mas manteve-se na prostituição, para melhor condições a sua família, que morava no interior. O que se pode notar que além das relações com a cidade a prostituição também está em relação ao êxodo rural.

Conforme o inquérito citado a cima é de interesse notar a relação das mulheres do interior com as práticas da prostituição no meio urbano. Isso é fruto da questão da migração dos jovens para a cidade.

Entre os motivos indicados para a migração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente as oportunidades de trabalho remunerado – fatores de atração -, e, de outro, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola – fatores de expulsão. Mas também atuam como fatores de retenção e segurança, em termos de moradia e alimentação, além de perspectivas e projetos de desenvolvimento da unidade de produção com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida. (BONIATTI E FABRIS P.11)

### 3.1 Segurança pública e prostituição em Chapecó

As primeiras notícias sobre prostituições aparecem em 1979, os primeiros casos, que se encontram nas páginas de ocorrências policiais, nos contam de como era um sistema de prostituição. Como não haviam locais estabelecidos para que fossem organizados, os primeiros relatos de prostituições são em locais escondidos, onde não há possibilidades de informações para o público geral, e sim só para um público seletivo de pessoas, ou seja, as pessoas que realmente tem interesse nos serviços.

É claro que nestes locais não havia apenas as prostituições, também se relatavam o abuso de álcool e várias desordens. Os “*bailes clandestinos*”, assim eram chamados, eram organizados por um ou dois indivíduos, em bairros isolados e de boa localização. Esses bailes sempre eram improvisados em locais abandonados. Os vizinhos deste local reclamavam para a polícia, as notícias não eram as melhores, falava-se de pessoas de baixa reputação, vadios e prostitutas. Os bailes, é claro, eram realizados sem a licença da polícia. Segundo a notícia *Baile Clandestino* na primeira página do *Diário Da Manhã* de 1979, as desordens ocorriam no bairro Líder, e além da prostituição haviam várias desordens e perturbação do sossego público, (OCORRÊNCIAS POLICIAIS, BAILES CLANDESTINOS, DIÁRIO DA MANHÃ, 1980, P.1).

Toco e Neli Marks promovem todos os sábados e domingos, bailes em uma residência abandonada, no Bairro Líder, onde acontecem inúmeras desordens, perturbando o sossego público. O fato foi levado a DP pela senhora Loreni Lara, que reside nas proximidades daquele salão que diz ser frequentado por pessoas de baixa reputação, prostitutas e vadios. De acordo com a informante esses bailes são realizados sem a licença da polícia. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/27 de janeiro de 1980 ano1, pag1, n78).

Logo no ano seguinte, novamente na primeira página do *Diário Da Manhã* uma nova notícia ilustra os problemas com prostituição crescente em Chapecó. Desta vez relata-se das inúmeras prisões. A notícia que abre a jornal, onde possui a foto de uma jovem presa por acusações de roubo, perturbação do sossego público e prostituição. E é em 1980, data da reportagem do jornal diário da manhã, *quinta-feira 27 de fevereiro de 1980*, que iniciam os primeiros relatos do bairro das meretrizes, até então, os bailes clandestinos, que eram utilizados, não aparecem mais nos relatos dos jornais de Chapecó, e sim passa a um novo local de notícias de perturbação pública, atos de violência, prostituição e violência de menores de idade, as notícias relatam que há violência entre menores de idade e também à prostituições de menores, (MUITAS PRISSÕES NA NOITE DE SEGUNDA-FEIRA, POLÍCIA REALIZA BATIDA RELÂMPAGO E PRENDE 31 ELEMENTOS, DIÁRIO DA MANHÃ, 1980, P.1). A narrativa publicada no *Diário Da Manhã* de 1980, mostra a nova realidade: “*o bairro do meretrício*”, segundo a notícia muitas Prisões Na Noite De Segunda-Feira, em batidas em vários bairros da cidade, foram apreendidas inúmeras pessoas, entre elas jovens portando drogas

e armas, em seguida, em batida no bairro do meretrício os policiais depararam com menores sendo expostas para os clientes. Junto com os menores foram encontrados também drogas e armas.

Numa operação relâmpago, na noite de segunda-feira o Delgado Jair Zemft, juntamente com o comissário Luiz Fernando, mais a polícia militar, realizaram uma batida na zona do meretrício. E bares localizados em bairros da cidade fazendo uma série de detenções (...) (DIÁRIO DA MANHÃ, quinta-feira 27 de fevereiro de 1980, ano 1, pág. 1, n 100).

Os problemas da zona do meretrício se tornavam pouco frequentes, segundo as pesquisas dos jornais de Chapecó, pelo menos uma vez a cada quinze dias havia uma notícia nas páginas policiais. Os problemas eram os mesmos. Contudo, algo inusitado vinha ganhando uma atenção maior dos policiais. As prostitutas, do bairro das meretrizes, estavam assaltando os frequentadores, o relato no jornal *Diário Da Manhã* de 1980 no dia 17 de abril mostra o acontecimento:

Mulheres residentes na Zona do Meretrício passaram a agir de maneira diferente. Agora estão roubando todo o dinheiro que os frequentadores do local levam no bolso. Primeiros esperam que os clientes se embriaguem, para depois levar tudo que encontram nos bolsos do companheiro. Só está semana aconteceram 2 casos. O primeiro caso ocorreu no sábado à noite, quando Antônio Venancio Pereira perdeu Cr\$ 1º mil para a prostituta conhecida como Nilza Terezinha. Pelo que se sabe a mulher fugiu para Pato Branco, no Paraná. O outro caso aconteceu com Lídio Correia de Oliveira, residente em Sapucaia do Sul que perdeu Cr\$ 15 mil, retirado por sua acompanhante quando estava um tanto embriagado. Mesmo explicando detalhadamente como foi que a mulher lhe tirou a quantia, a proprietária do cabaré não quis restituir a soma para Lídio. (DIÁRIO DA MANHÃ, quinta-feira 17 de abril de 1980, ano 1, pág. 6, n 13)

Agora, como o relato policial deixa claro, há locais de prostituição específicos, os “*Cabarés*”. Esse é o primeiro relato nos jornais sobre este local. Ou seja, agora a procura por sexo em Chapecó, tem destino e nome. Os cabarés tinham donas. Os frequentadores, pelo que se sabe, escolhiam a dama de sua preferência, após pagá-la. A zona do meretrício era o local ideal para quem chegava na cidade, isso ajudava para que o local tornasse frequentado em pouco tempo.

Como relatado anteriormente, os casos de violência e crimes no bairro das meretrizes só aumentava; no ano de 1980, foram anotados inúmeros casos, entre eles brigas, desentendimentos entre indivíduos por ponto do local de trabalho e também violência de menores. Além desses casos, a polícia também efetuava blitz, a fim de conter e manter a ordem. No dia 12 de agosto de 1980, nas páginas de levantamentos policiais mostra como os policiais conseguiram, através de blitz, o levantamento de itens diversos encontrados com os indivíduos. Na notícia mostram-se apenas fotos das armas encontradas. A notícia na íntegra dizia respeito das apreensões:

Numa operação conjunta polícia civil e polícia militar, na última sexta-feira à noite as forças de segurança local fizeram uma nova blitz na zona do meretrício. Na operação os policiais recolheram dois revólveres calibre 38 e uma faca. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12 de agosto de 1980, ANO 45, pág. 7, N212).

Os novos relatos de acontecimentos em Chapecó, ainda em 1980, mostram as novas exposições de menores, o relato é extremamente curto, mesmo assim está entre as notícias de acontecimentos na página de levantamento policial. No *Diário Da Manhã, quinta-feira 14 de agosto de 1980*, na página de ocorrências policiais, o título da notícia *Menores detidas na Getúlio Vargas*, vê-se a exposição das iniciais de quatro jovens acusadas de desordem e prostituição:

Na noite de terça para quarta-feira, foram detidas, por motivo de desordem e prostituição quatro menores de iniciais M.M., S.C., M.S., e L.F., todas com idade de 16 anos. Depois de detidas as menores foram encaminhadas ao Departamento de Saúde Pública e posteriormente foram liberadas. (DIÁRIO DA MANHÃ, quinta-feira 14 de agosto de 1980, ano 1, pág. 6, N 214)

Na notícia, as quatro garotas foram detidas na Avenida Getúlio Dorneles Vargas sob motivos de prostituição, as quatro adolescentes foram detidas interrogadas e encaminhadas ao Departamento de Saúde pública e posteriormente liberadas. Esse é o primeiro relato que se tem da prostituição em uma rua principal de Chapecó. Sendo que as primeiras exposições de descrição se dão em bairros isolados e também em locais clandestinos. Agora o panorama da prostituição é de locais conhecidos pela população. Também se nota a preocupação policial em combate da mesma. No entanto, o processo é um pouco lento, as notícias posteriores mostram que ainda há várias ocorrências no bairro do meretrício e também em outros locais isolados da cidade.

### 3.2 Organização dos Prostíbulo e a imprensa

As notícias de prostituições em Chapecó tornam-se preocupantes no ano de 1984. Como a localização, dita anteriormente, era o bairro das meretrizes, várias mulheres vendiam “*contatos amorosos*”. A população, atenta a estas mudanças no bairro, começam a alertar a polícia e pedir a devida providência. Em janeiro de 1984, o líder de bancada do PMDB, constatou o problema, quando se dirigia a seu trabalho, avistou um local suspeito e tudo foi relatado na página do jornal *Diário da Manhã*.

A prostituição como vem sendo praticada em Chapecó está alarmando a população, e não é de agora que várias denúncias são feitas pedindo providências das autoridades constituídas. Desta vez, o tema foi abortado pelo líder da bancada do PMDB, Ilário Lago, na câmara de vereadores(...)

(...) disse ele que quinta-feira, ao dirigir-se à delegacia regional de polícia, deparou-se com uma lanchonete altamente suspeita. Viu nas proximidades “moças prostitutas” e, em conversa com outras pessoas, constatou que as ditas moças estavam “dispostas a contatos amorosos”. (...) (DIÁRIO DA MANHÃ, Chapecó 21/22 de janeiro de 1984, ano 5, pág. 4, n 70)

Anteriormente, nas fontes de jornais, os locais de prostituição eram o bairro das meretrizes. No entanto, os acontecimentos eram sempre para o mesmo horário, à noite. A partir desta reportagem, inicia algumas notícias de problemas de pontos de prostituição durante o dia. Os locais eram diversos.



Entre eles, como citado anteriormente, lanchonetes, pontos de encontro de ruas, botecos e hotéis. Não havia uma estrutura específica, onde as prostitutas trabalhavam. Vemos também que nesta notícia abre os primeiros caminhos para o combate à prostituição no bairro das meretrizes. Como continua a reportagem.

Lago foi amis longe, ao informar que havia tomado conhecimento que um porão do Hotel Rex está sendo usado para os encontros. Sem mais comentários, o líder peemedebista afirmou ter procurado o juiz de direito para relatar o fato, pedindo providências para o imediato impedimento de uma atividade “proibida por legislação”. Após citar outros casos semelhantes, o vereador criticou as autoridades que deveriam ter como dever proteger a população, coibindo esses hábitos. Acentuou que “que essas casas disfarçadas de botecos normalmente encobrem a atividade ilícita(...) (DIÁRIO DA MANHÃ, Chapecó 21/22 de janeiro de 1984, ano 5, pág. 4, n 70)

Esse relato do jornal Diário da manhã, nos mostra como estava sendo organizadas as casas de prostituição durante o dia e em vários locais. Sendo que no bairro do meretrício estava justamente localizado com a Delegacia Regional de Polícia (DRP), ou seja, as casas de prostituição estavam localizadas muito próximas os estabelecimentos de polícia e advocacia da época. Segundo o vereador, os policiais não conseguiam fazer prisões em flagrantes nestas casas; ele entende, mas pedia uma possível solução para o caso. Em casos desse tipo, o delegado regional, precisaria de um ofício do delegado da comarca, sendo assim, em nota para o jornal, foi atribuído uma carta para o mesmo. Na carta solicitando uma alternativa de controle para os acontecimentos da região como segue a carta:

“Senhor delegado, um grande número de mulheres vem frequentando estabelecimentos comerciais sujeitos a fiscalização da polícia, nas proximidades da Delegacia Regional. É o público que estas mulheres praticam “trottoir” e o seu comportamento tem sido vexatório as pessoas de bem. Antes que Vossa Senhoria assumir as funções de titular dessa Comarca, solicitamos reiteradamente, ao ex-titular, o máximo empenho para reprimir os abusos que as ditas mulheres vêm praticando ao frequentarem assiduamente referidos estabelecimentos, com o intuito de encontrarem homens para programas amorosos. Até a presente data nenhuma ação foi posta em prática para solucionar este problema” (...). (DIÁRIO DA MANHÃ, Chapecó 21/22 de janeiro de 1984, ano 5, pág. 4, n 70)

Está notícia de janeiro de 1984, nos deixa vários indícios de como estavam sendo organizadas as casas de prostituição e as estratégias das mulheres com o intuito de não serem indiciadas; por outro lado, não existem notícias de prisões ou acontecimentos extravagantes nos jornais de Chapecó evidenciando o local onde era organizado. O que se segue é outra notícia, um mês depois desta. Nela, a prefeitura de Chapecó justifica que o problema não pode ser resolvido pela mesma, mas que seria competência da DRP (delegacia regional de polícia). Segundo as leituras do parecer do líder do PMDB, ainda de janeiro, foi declarado que a prefeitura não tem nenhum tipo de ação para o caso do bairro do meretrício. Sendo que a prefeitura só coletara as taxas, impostos, IPTUs, alvará de localização e funcionamento e “nada mais”.

Segundo o delegado regional de polícia, essa argumentação era um ataque a sua pessoa. Mesmo assim, o problema da prostituição chegou à câmara de vereadores por vários caminhos. Pois, segundo o vereador Lago, havia uma casa de prostíbulo ao lado da DRP, e que as moças estariam dispostas a contatos amorosos. Para rebater, o delegado disse que desconhecia o tal fato. Outra circunstância era a existência de diversos bares em praticamente toda a cidade, como citado anteriormente, onde encobriam a atividade de prostituição e lenocínio. Nos anos anteriores, vários destes estabelecimentos foram fechados e indiciou em inquérito os responsáveis.

Ainda o delegado disse que existiria uma súmula do STF a respeito de casos que estabelecimentos comerciais atentem “contra a moral”. Caberia informar ao sr. Prefeito municipal a cassação dos alvarás, para que os estabelecimentos não continuassem a exercer tais atividades.

Segundo segue a reportagem, o vereador do PMDB diz não ter nenhuma intenção de atacar a pessoa do Delegado, e sim o cargo de função pública. Ele ainda conclui que continuará lutando para preservar a comunidade dos crimes de prostituição que se alastraram na cidade, (PREFEITURA NADA TEM A VER COM O MERETRÍCIO, DIÁRIO DA MANHÃ, 1984, P.6).



A partir de então, as notícias que envolvem a prostituição são consideradas como de “outro assunto” que será tratado no próximo item. O que se segue são notícias de como se organizam as prostitutas após os problemas da zona do meretrício.

Como vemos através das notícias, as casas de prostituições aumentavam com o passar do tempo em Chapecó. Além da zona do meretrício, não havia outro local fixo onde as mulheres encaminhassem seus clientes para a prática de prostituição. Segundo as fontes dos jornais de Chapecó, só em 1997 começam os primeiros problemas com prostitutas em praças públicas. Até então não

havia nenhuma notícia, nas fontes de jornais, nos informando de como as casas ou as mulheres trabalhavam. É em agosto de 1997 que as coisas se ganham visibilidade, segundo o relato da notícia, onde as mulheres haviam, há algum tempo, utilizando do local público para a prostituição. O título da notícia, um tanto impactante, nos dá um norte de como era a organização e eventos catastróficos do esquema de prostituição e tráfico de drogas. A notícia data do dia 14/08/1997, na notícia o jornal expõe o estado dos banheiros da praça, e ainda como se dá os movimentos de jovens durante o dia e a noite, quando, segundo o relato, as coisas se agravam:

O que seria um espaço para lazer e eventos culturais acabou se transformando em uma das principais vergonhas de Chapecó. A Praça Coronel Bertaso foi literalmente tomada por ambulantes e meninos de rua que no local fazem consumo de drogas e álcool em demasia e também meninas e mulheres que se prostituem em pleno luz do dia. A noite a situação se agrava ainda mais, pois assaltantes entram em cena e tornam o local muito perigoso. As denúncias feitas a nossa reportagem relatam também o estado lastimável dos banheiros da Praça Coronel Bertaso que não possuem as mínimas condições de higiene. (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 14 de agosto de 1997, ano 2, pág. 4, n 346)

Assim percebemos que com o controle dos locais, que não haviam nenhum tipo de alvará para este fim, leva as mulheres que trabalham com este tipo de serviço a novos locais. No entanto, estes novos locais parecem não estar em conformidade com as exigências para o funcionamento. Os locais, sempre as ruas e praças públicas, levam aos encontros de pessoas dispostas a prostituição. Os problemas vão além da prostituição, também há um grande risco de problemas com violência, drogas e assaltos. Os locais de prostituições, antes bares e porões de hotéis, como foi relatado anteriormente, passam a ser em praças e ruas. Esse processo de novos locais leva a procura de lugares que sejam de fácil utilização e bem localizados, já que quando mais próximo dos centros de cidade é melhor para os clientes que procuram a compra de prazer.

Nas fontes de acontecimentos regionais nos jornais de Chapecó e região, não há nada que nos informes de como eram os locais destinados a prostituição. Ou seja, se havia um local específico para a este fim. O que sabemos é que os locais públicos, em 1997, eram considerados como um problema para a população frequentar. Não obstante, algumas medidas estavam sendo tomadas para o controle da ordem, sendo eles o trabalho de educadores nas ruas de Chapecó; este trabalho, como citado na reportagem, era da secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Habitação, o outro era uma possível reforma do local, sendo este fim para dar um novo visual para a praça. Estes dois trabalhos da prefeitura eram importantes para dar cabo nas atividades de prostituição no local e as reivindicações da comunidade, como segue a notícia de 97:

Mas é muito importante frisar que algumas medidas estão sendo tomadas para amenizar a situação, trabalhos como os de educadores de rua está sendo desenvolvido pela secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Habitação que tem procurado encarar de frente a problemática. Existe também um planejamento feito pelo departamento de Serviço Urbanos para uma grande reforma que dará um visual novo para a praça.

Essa é uma cobrança que se arrasta há muitos anos por parte da comunidade que enfim pode ter a sua reivindicação atendida.

Fazer críticas é muito fácil, o importante mesmo é apontar as tentativas que têm sido buscadas há anos e também incentivar os projetos futuros para combater de frente os principais problemas que a nossa população enfrenta e reivindica por soluções. (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 14 de agosto de 1997, ano 2, pág. 4, n 346).

A partir de 1998, nos jornais Diário do Iguaçu, juntamente como os classificados e anúncios, começam a aparecer os primeiros anúncios de casas de prostituição. Essas casas, agora sim, com alvará de funcionamento e com as mulheres destinadas para este fim. As primeiras publicações são de garotas de show strip-tease, e não para programas. Geralmente não eram garotas das proximidades de Chapecó, garotas vindas de outros lugares, que favoreciam as propagandas onde exibiam seus corpos seminus. Como exemplo temos o cartão de divulgação da casa Opium Night Clube, em que anunciavam três garotas, provenientes de outros locais. Esses cartões das garotas traziam as informações básicas, como nome, se tinha um título de algum local (como coelhinha da playboy e madrinha de seleção tetra) e se havia show particular ou não.

da Polícia Militar se mostra disponível a manter o atendimento. "Quem nos procura para o transporte de doentes até o hospital, são pessoas humildes, que não têm veículo próprio nem dinheiro para pagar um táxi. Também não existe na cidade um serviço alternativo para prestar este atendimento. Nosso trabalho não resu-

me-se apenas à prisão de quem infringe a Lei. Temos por objetivo colaborar para o crescimento e o fortalecimento da sociedade em que estamos inseridos. Este atendimento comunitário é um exemplo disso", relata o comandante interino do 2ºBPM. Major Albanir Santos.

O Batalhão conta hoje com apenas sete viaturas para fazer todo

o policiamento em Chapecó. "O número é considerado pequeno, não compromete a qualidade do atendimento prestado", explica o comandante. Para março de 1999, quando a Esquadra de Soldados formará uma nova turma de policiais militares, está prevista a aquisição de mais viaturas que reforçará o trabalho da PM na cidade.

**OPIUM NIGHT CLUBE - FESTIVAL DE SHOWS**

*Katrina Gouvea Pantera 98*

*Ana Chiquitita - Coelhinha Playboy e Madrinha da Seleção Tetra*

*Rosana Mello - Garota Camiseta Molhada*

**Ana Chiquitita - Show poltrona erótica**

**COPLAN**

**Coplan - Comercial Planalto Ltda**

A beleza e a qualidade tem um só endereço  
COPLAN, onde você encontra uma linha completa de materiais...

Em 2000, a preocupação com a prostituição se alarma. Segundo a reportagem do dia 10 de fevereiro de 2000, as cenas de prostituição em praças públicas retornam a crescer. Agora, inclusive, com uma reportagem especial comentando como ela se dava através dos processos históricos. O

esboço tenta retratar o crescimento da atividade em Chapecó, já que, segundo a reportagem, tem mercado na cidade. Na matéria do jornal Diário do Iguaçu, o jornalista trabalha com o tema prostituição desde Roma e Grécia, idade média e os dias atuais. Como trata o tema:

Durante a idade média, a prostituição foi aceita como parte necessária da atividade humana. Como tal, deveria ser reconhecida e organizada. No século 12, a Inglaterra foi o primeiro país a regularizar a prostituição. Dois séculos depois, em 1347, a Rainha Joana, de Nápoles, fundou um prostíbulo público, em Avignon. Jovens só podiam frequentá-lo com permissão do prefeito.

No século 18, os prostíbulos passaram das mãos do Estado para as mãos particulares. Todas as capitais Europeias tinham casas de prostituição (de tolerância) para cada classe social. No século 19, voltou a noção medieval de que a prostituição deveria ficar sobre o controle do estado. (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 10 de fevereiro de 2000, ano 3, pág. 9, n 759)

A reportagem ainda faz um levantamento sobre o que é considerado a prostituição, já que é previsto que a mesma seja legal. Segundo a reportagem, nas sociedades mais desenvolvidas as formas de prostituição tenderiam a sumir conforme o grau de desenvolvimento da sociedade. E é desta forma que o jornal traz a notícia que ainda está acontecendo vários atos de “venda de prazeres” em praça pública, é no final da longa narrativa sobre o tema que se encontra algumas respostas de por que ainda há prostituição e se é crime ou não. Nesse caso explicado pelo relato do jornal Diário do Iguaçu.

Por que ainda existe prostituição? A prostituição, como a miséria, é um fenômeno histórico. Não deriva de uma condição humana irremediável, e tende a desaparecer de sociedades mais desenvolvidas. Mas mesmo nesta continua necessária para alguns grupos, embora de forma menos dramática do que em países pobres. A doutora em Antropologia Social, Arlene Anélia Renk diz “um sistema econômico que transforma tudo e todos em mercadoria e não reconhece as restrições provenientes da moral faz com que a marginalização de pessoas de baixa renda conduza muito a prostituição. Consequentemente é possível dizer, com razão, que no Brasil a raiz da prostituição tanto feminina como masculina tem fortes relações com o grande número de miseráveis” (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 10 de fevereiro de 2000, ano 3, pág. 9, n 759).

A notícia ainda segue com a explicação sobre se a prostituição é crime ou não. A explicação simples e direta do jornal para o caso:

A prostituição por si só não constitui crime. De acordo com o Art. 229 do Código Penal Brasileiro, só é crime explorar o lenocínio- tirar proveito do trabalho sexual de terceiro- e promover tráfego de mulheres. Montar por conta própria ou de terceiros, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros com fins libidinosos, haja ou não o intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente, informa a diretoria de Vigilância Sanitária, da Prefeitura de Chapecó, Judite de Medeiros. (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 10 de fevereiro de 2000, ano 3, pág. 9, n 759).

### 3.3 Projetos de Lei Contra a Prostituição

No item anterior, trabalhei os fatos de organização e notícias de prostíbulo de Chapecó. Neste item, explicarei como se deu a “guerra contra a prostituição”. Como vimos no item anterior, sobre a relocação da zona do meretrício, e os problemas que as casas de prostituição e a ação em si de

prostituir-se em alguns bares, na praça e porões de hotel de Chapecó estavam se alastrando na década de 1990. O primeiro caso de “ato” contra a prostituição é em 1984 com a ideia de relocação e de quem era a culpa da expansão da prostituição, que, como vimos, não resultou em nada. É em 1996, a primeira notícia em jornal, o candidato a vereador Rambo, em um de seus projetos previa a profissionalização dos jovens, afim de controlar a prostituição infantil. O título da notícia que estampava a página dois do jornal do Iguazu era *Rambo: profissionalização de menores combate à prostituição (Diário do Iguazu, 13/09/1996, pág. 2 n° 103)*, para Rambo, assim como foi em sua vida, a profissionalização de jovens era o passo que justamente iria ajudar no amadurecimento dos indivíduos, que, assim como ele, trabalhou desde sua juventude e conseguiu alcançar seus objetivos. Nesse contexto Rambo, na época, propunha junto com o poder público, a criação de novos programas de profissionalização de menores, especialmente com convênios de empresas. O intuito era a fácil aceitação no mercado de trabalho, após entrar na maior idade. Nas palavras de Rambo:

“Não existe outro caminho. O As pessoas aprendem a trabalhar e criam orgulho e ambição ou se tornam inúteis e sem objetivo na vida.” A preocupação de Luiz Rambo vai mais além. Ele acha que o governo municipal deveria envolver uma política com programas voltados na criação de oferta de trabalho para meninas “muitas infelizmente acabam se prostituindo, ainda na pré-adolescência e as consequências trágicas desse processo todos nós conhecemos” (...)  
 (...) “criticar e fazer demagogia em cima do combate à prostituição. É preciso atacar e barrar o problema, que é a carência de emprego” “que não podemos relaxar. Chapecó conquistou frigoríficos e parou de gerar empregos. Parou de criar novas alternativas de geração de oferta de mão-de-obra, só na indústria, mas também no comercio e na prestação de serviço. Nos últimos dois anos, inclusive, empresas de todos os segmentos diminuíram a oferta. Rambo: profissionalização de menores combate à prostituição (DIÁRIO DO IGUAÇU, 13/09/1996 pág. 2 n° 103).

No ano seguinte, após alguns relatos de prostituição infantil, é lançado o projeto de lei para o combate da prostituição infantil. No projeto de lei, prevê punições aos estabelecimentos que praticam tal atividade, sendo assim os estabelecimentos devem estar cadastrados pela Secretaria Municipal de Saúde. Se nessas casas houver atividades, o estabelecimento seria enquadrado pela lei. A proposta é da vereadora Petista Maria Aparecida, nele está exemplificada a ação.

A proposta da vereadora petista foi discutida, na última terça-feira, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores com representantes do Núcleo de Chapecó da União Brasileira de Mulheres, Conselho Tutelar, Prefeitura municipal, Católicas pelos direitos de Decidir, União da Juventude Socialista, Policias Militas e Civil, Grupo Fonte e vereadores. “O projeto de lei vem em boa hora” comentou o presidente do conselho tutelar de Chapecó, Adilson Simes. Ele salientou que para ser perfeito, o projeto precisa apenas passar por alguns ajustes jurídicos. Simes disse ainda que além do Projeto de lei, Chapecó precisa da Delegacia da Mulher para que se consiga punir os corruptores dos menores.” (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 28/08/1997, ano 1, pág. 3, n°104).

No mesmo número do jornal, na página 10, são relatadas três notícias. Nela obtemos as informações que a câmara de vereadores, clubes de serviços e sociedade em geral, tratam de resolver os problemas da prostituição infantil. Nela, separado em três tópicos, o primeiro trabalha a questão das possíveis reivindicações e possíveis resoluções, o segundo trabalha com os problemas das autoridades em conter as atividades de prostituição infantil e o terceiro nos diz a localização e os pontos de prostituição:

#### Prostituição infantil I

(...) Na última terça-feira estiveram reunidos os vereadores e os que ajudaram na ideia. Constava na justificativa que hotéis e motéis estariam incluindo nas fiscalizações dos menores que supostamente estariam frequentando esses locais. Vejam os senhores que já existe uma lei proibindo a hospedagem de menores em hotéis, salva-se estiverem acompanhados pelos pais ou responsáveis, resta tão somente coloca-la em pratica.

#### Prostituição II

Autoridades se preocupam em encontra uma saída para dar uma basta ou minimizar o problema de prostituição infantil. Meus amigos isso tudo vem de berço. Se uma criança não tiver uma boa formação certamente será um delinquente. A prostituição não está somente na classe pobre. A prostituição ocupa todas as camadas sociais. Um dos exemplos e um pequeno aparelho que serve para distrair nossas crianças nos momentos de ocupação dos pais, trata-se da televisão.

#### Prostituição III

A prostituição está concentrada nos bares de fachada que se concentram nas periferias de Chapecó e em plena via pública. Por exemplo o prolongamento da Avenida Getúlio Vargas é um antro de prostituição. Com perdão da palavra, mas se fosse observar bem cedo existe várias camisinhas (isso que usam) O sexo rola fora e dentro dos automóveis. Por lá também existem menores se prostituindo. O que falta é uma batida policial. (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 28/08/1997, ano 1, pág. 10, nº104)

Mas não para por aí; no mesmo ano a reportagem do Diário do Iguaçu relata sobre os problemas de prostituição infantil frequentes em Chapecó. Nela, é relatado a história de Tio Pedro Luanda, Baiano radicado em Chapecó, conscientizado com o aumento de prostituição de menores de idade, inicia um trabalho de conscientização de sociedade. Para isso Tio Pedro usa um carro de som, afim de alertar os moradores no centro da cidade e periferia tentando convencer sobre o abandono e a delinquência infantil em Chapecó. Nas palavras de Tio Pedro:

(...) a prostituição é problema nacional. O ex-criança de rua afirma que é hora de todos se manifestarem. Enumera a câmara de vereadores, autoridades, sociedades, empresários, políticos, dirigentes de religiões e religiosos, donas de casa e o povo em geral.

Tio Pedro destacou a presença, nos eventos, da honrada justiça com os atuantes Policia Militar e Policia Civil a quem cabe de dar segurança aos trabalhadores de rua para encaminhamento dessas crianças e adolescentes a centros de profissionalização e recuperação que devem ser construídos pelos órgãos competentes. (DIÁRIO DO IGUAÇU, quinta-feira 25 de setembro de 1997, ano 1, nº 124).

Com isso, no final da década de 1990 aumentam as tentativas de controle da prostituição em Chapecó.



#### **4. Considerações Finais**

Tomo como conclusão três importantes ideias sobre a prostituição: a primeira delas é o relato de acontecimentos de como se deu em vários locais de Santa Catarina, como exemplos as cidades litorâneas e seus problemas.

A segunda é a organização dos prostíbulos na região oeste, precisamente em Chapecó, na década de 1980, datando os principais problemas diante da sociedade e das mídias. Importante relatar também onde isso acontecia em Chapecó e os principais bastidores

A terceira, como isso se desencadeou e como os se buscou atuar contra a prostituição em Chapecó.

## 5. Fontes

Inquérito Policial 134/83, ano de 1983. Arquivos do CEOM.

Inquérito Policial 417/85, ano de 1985. Arquivos do CEOM.

Inquérito Policial 90/86, ano de 1986. Arquivos do CEOM.

Diário da Manhã, 26/27 de janeiro de 1980 ano1, pag 1, nº 78. Arquivos do CEOM.

Diário da Manhã, quinta-feira 27 de fevereiro de 1980, ano 1, pag 1, nº 100. Arquivos do CEOM.

Diário da Manhã, quinta-feira 17 de abril de 1980, ano 1, pag 6, nº 13. Arquivos do CEOM.

Diário da Manhã, 12 de agosto de 1980, ano 1, pag 7, nº 212. Arquivos do CEOM.

Diário da Manhã, quinta-feira 14 de agosto de 1980, ano 1, pag 6, nº 214. Arquivos do CEOM.

Diário da Manhã, Chapecó 21/22 de janeiro de 1984, ano 5, pag 4, nº 70. Arquivos do CEOM.

Diário da Manhã, Chapecó 11 de abril de 1984, ano 5, pag 6, nº 125. Arquivos do CEOM.

Diário do Iguazu, quinta-feira 14 de agosto de 1997, ano 2, pag 4, nº 346. Arquivos do CEOM.

Diário do Iguazu, quinta-feira 10 de fevereiro de 2000, ano 3, pag 9, nº 759. Arquivos do CEOM.

Diario do Iguazu, 13/09/1996 pag 2 nº 103. Arquivos do CEOM.

Diário do Iguazu, quinta-feira 28/08/1997, ano 1, pag 3 e 10, nº104. Arquivos do CEOM.

Diario do Iguazu, quinta-feira 25 de setembro de 1997, ano 1, nº 124. Arquivos do CEOM.

## 6. Referências

BONIATTI, Marlene; FABRIS, Adilson José. **JUVENTUDE RURAL NO OESTE CATARINENSE**. Santa Catarina. 2017. 28 f.

FÁVERI, Marlene de. **Mercado do sexo e códigos urbanos no tempo presente**. 2011. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

FIORENTIN, Maryana Cunha F. **Vila Palmira – Prostituição em Florianópolis e São José (1960 – 1980)**. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine; PEDRO, Joana (Org). **Prostituição em áreas urbanas: Histórias do tempo presente**. Florianópolis, Editora UDESC, 2010.

LINS, Regina. N. **A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo: novas tendências**, Rio de Janeiro: Best-seller, ed. rev. e ampliada, 2007.

PEDRO, Joana M. **Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação**. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine; PEDRO, Joana (Org). **Prostituição em áreas urbanas: Histórias do tempo presente**. Florianópolis, Editora UDESC, 2010.

SANSONOWICZ, Onice. **Dona Josefa mudou-se. Aqui mora família – códigos e práticas da prostituição em Itajaí (SC) nas décadas de 1950 a 1980**. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine; PEDRO, Joana (Org). **Prostituição em áreas urbanas: Histórias do tempo presente**. Florianópolis, Editora UDESC, 2010

SILVA, Jaine Gomes. **Casas, esquinas e ruas 'do pecado': lugares de prostituição, memórias sobre um 'discurso caminhante'**. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine; PEDRO, Joana In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine; PEDRO, Joana (Org). **Prostituição em áreas urbanas: Histórias do tempo presente**. Florianópolis, Editora UDESC, 2010.

SPAGNOL, Rangel Orsatto. **Cachaça na mesa e mulheres no quarto: Uma cartografia da prostituição feminina em Chapecó nas décadas de 1970 a 1980/ Rangel Orsatto Spagnol**. - 2016. 56 f. :il.

VENERA, Raquel. **A Cidade das Camélias e as Camélias na cidade**. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine; PEDRO, Joana (Org). **Prostituição em áreas urbanas: Histórias do tempo presente**. Florianópolis, Editora UDESC, 2010.

VIEIRA, Adriana F. **Retirar as ‘ervas daninhas’ para não comprometer o ‘jardim’ – o discurso dos populares sobre a prática da prostituição em Criciúma-SC (1970 – 1980)**. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine; PEDRO, Joana (Org). **Prostituição em áreas urbanas: Histórias do tempo presente**. Florianópolis, Editora UDESC, 2010.